

RESUMO EXECUTIVO – CADERNO 8: DEMOGRAFIA

1. INTRODUÇÃO

Os dados demográficos têm fundamental importância para o desenvolvimento de políticas públicas e a correta destinação de recursos orçamentários. Sendo uma ciência que promove estudos sobre diferentes aspectos populacionais, a demografia engloba as dimensões, estatísticas, estrutura e distribuição das diversas populações humanas. Os dados demográficos variam de acordo com natalidade, mortalidade, migração, envelhecimento e outros indicadores. A análise demográfica também considera as características de uma sociedade ou grupo específico, definido por critérios como a educação, a nacionalidade, religião e grupos étnicos, entre outros.

Este Resumo Executivo os aspectos de Demografia do **Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Acre – ACRESCE**. Para o relatório original, foram consultadas bases de dados do Censo Demográfico 2022 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como Sistema Sidra/IBGE; Agenda Acre 10 Anos, da Fundação Dom Cabral, 2023 (FDC), elaborada para a Secretaria de Estado de Planejamento do Governo do Acre; Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019, da Fundação João Pinheiro; e Diagnóstico Socioeconômico Acre 60 Anos: Passado, Presente e Futuro (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas – CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2022); e Anuário Brasileiro de Segurança Pública e indicadores do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

2. CONTEXTO DEMOGRÁFICO GERAL DO ACRE

População – O Estado do Acre tem 830.018 habitantes, segundo o IBGE (dados de 2021, divulgados em 2022). Além do Acre, somente os estados de Roraima e Amapá têm menos de um milhão de habitantes. Ao se comparar as estatísticas de 2021 com 2010, constata-se um aumento populacional de 24,1% (em 2010, o Acre tinha 730 mil habitantes). No mesmo período, a população brasileira cresceu 12,1% e o único Estado com maior crescimento populacional foi Roraima, com aumento de 37,6%. Estados do Sudeste do País, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, cresceram 11,9%, 9% e 6,1%, respectivamente. Com isso, verifica-se que nos últimos 11 anos, os estados que mais cresceram, em termos populacionais, foram os da Região Norte.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) de 2021, houve leve dominância populacional masculina no Acre, com 50,7% de homens e 49,3% de mulheres. No mesmo ano, o IBGE apontou que, no Brasil, havia uma população feminina dominante, com 51,8%.

Etnias e Faixa Etária – Em relação às etnias, o Acre apresenta diversidade considerável: segundo o IBGE, 77% dos acreanos se autodeclararam pardos; 15,6% se consideram brancos; 6% se afirmam pretos; e 1,4% indígenas.

Enquanto no Brasil 43,2% da população têm até 29 anos, e 50% têm até 34 anos, no Acre, 52,5% têm até 29 anos, sendo 20% entre 20 e 29 anos de idade. No outro extremo, a população acima de 70 anos representa 3,6%, no Acre, e 3,8%, no Brasil.

População em Idade Ativa – A População em Idade Ativa (PIA) é definida pelo IBGE como a de pessoas de ambos os sexos entre 10 e 65 anos, muito embora a idade legal de

trabalho no Brasil seja de 14 anos e restrita à condição de aprendiz. No Acre, a PIA era de 542.330 pessoas em 2010 e alcançou 631.861 em 2022, um crescimento de 16,51%. Hoje, a PIA representa 76,13% da população total de 830.018 pessoas no censo de 2022, ou seja 2,2% a mais do que em 2010 (quando era de 73,93%).

Esse bônus demográfico reflete a evolução de uma população jovem, com taxa de crescimento acima da média brasileira, expectativa de vida acima da média regional e em elevação, mas abaixo da média nacional (Acre: 75 anos; Brasil: 77 anos; Norte: 73 anos).

Com o estreitamento da base da pirâmide etária em parte de seus municípios e, em especial, na capital, os estratos médios dentro da PIA estão crescendo. A faixa etária de 0 a 9 anos (infância) recuou (8,74%) na média estadual e em 15 dos municípios, incluindo os dois mais populosos – Rio Branco (10,61%) e Cruzeiro do Sul (10,90%).

As crianças representam o grupo em maior queda no Estado. O grupo de 0 a 14 anos representava 47,5% da população, em 1980; 33,7%, em 2010; e, em 2022, 26,6%, acentuando o estreitamento da base da pirâmide com perda de 20,9% de participação.

Um grupo de sete municípios do interior apresentou crescimento na infância: Santa Rosa do Purus (27,21%), Bujari (24,78%), Manoel Urbano (19,78%), Jordão (15,82%), Assis Brasil (14,19%), Epitaciolândia (8,83%) e Brasília (5,95%).

Simultaneamente ao encolhimento da base, o topo da pirâmide etária se alargou: a participação da população com 65 anos ou mais, que era de 2,5%, em 1980, e de 4,3%, em 2010, passou a 6,3%, em 2022, enquanto na população brasileira representou 10,9%. Na média estadual, esse grupo etário foi o que mais cresceu entre os censos de 2010 e 2022, alcançando a marca dos 65,80%.

O índice de envelhecimento (relação entre total de pessoas com 65 anos ou mais e crianças de 0 a 14 anos), era de 23,8, em 2022, no Estado. Ou seja, havia 23,8 pessoas idosas para cada 100 crianças, resultado quase 86% maior do que em 2010, quando era de 12,8 pessoas idosas por 100 crianças, evidenciando o envelhecimento da população.

Apesar do crescimento proporcional das pessoas idosas nas populações municipais de modo agudo e generalizado – os menores, e únicos crescimentos abaixo de 50% foram no municípios de Xapuri (46,04%) e Feijó (49,84%). Desta forma, o Acre ainda desfruta de baixo índice de envelhecimento, o quarto menor entre os estados: 19,57% (Brasil: 49,51% e Norte: 23,17%).

O IBGE estima que, no Acre, a razão de dependência (RD)¹ abaixo de 50 pontos deverá se manter até 2053. O principal fator será a contínua redução da taxa de dependência da população de até 14 anos. O Brasil já registra RD de 44,5, mas, em função do envelhecimento populacional, ultrapassará os 50 pontos, em 2035. Assim, o Acre tem uma vantagem projetada sobre a média nacional de 18 anos.

Assim, registra-se que a PIA cresceu em quase todos os municípios entre os censos de 2010 e 2022: em 21 dos 22 municípios do Acre houve crescimento, sendo os menores em Rio Branco (9,64%) e Senador Guiomard (9,30%). A exceção é Plácido de Castro, com retração de 1,67%. Em alguns municípios menores, o crescimento da PIA foi realmente destacado. Manoel Urbano (60%); Bujari (55,49%); Jordão (51,53%); Santa Rosa do Purus (48,26%); e Assis Brasil (37,49%).

População Rural e PIA – Na contramão da tendência nacional, o Acre possui uma população rural crescente. Nos últimos 40 anos, a população rural cresceu 200%,

¹ Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (menores de 0 a 14 anos de idade e os de 65 anos e mais de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (15 a 64 anos de idade).

somando 500 mil pessoas. Neste grupo de maior elevação da PIA, todos os municípios cresceram pelo menos 50% além da média de crescimento populacional estadual, exceto Porto Walter que ainda assim o supera. Nos cinco municípios que mais cresceram, mesmo o grupo de crianças (0-9 anos) registrou aumento expressivo. Em Bujari, o crescimento foi de 24,78% neste grupo. Já no Acre constatou-se uma queda de 8,74%.

Analisando a PIA do Estado, os jovens (10 a 29 anos) tiveram declínio de 0,69%, entre 2010 e 2022, determinado pela queda de 16,06%, na faixa de 10 a 14 anos. Os demais grupos etários jovens cresceram, mesmo que pouco: 15 a 19 anos (2,17%); 20 a 24 anos (8,95%); e 25 a 29 anos (2,08%), indicando a permanência da demanda de formação inicial para população jovem, tanto básica quanto profissional, e a abertura de oportunidades de emprego.

Já a faixa etária de adultos da PIA (30 a 64 anos) está em franca expansão no Estado: cresceu 38,19%, entre 2010 e 2022. Essa parte da PIA, que era de quase 240 mil pessoas em 2010, ultrapassou 330 mil pessoas em 2020, acrescentando 90 mil pessoas a esse estrato etário. As faixas de 50 a 59 anos e 40 a 49 anos cresceram, respectivamente, 54,64% e 51,33%, e foram as que mais cresceram, seguidas pela faixa de 60 a 64 anos (41,11%). A faixa de menor crescimento foi a de 30 a 39 anos, com pouco mais de 15%.

Este mesmo padrão se observa na maioria dos municípios, sendo que, naqueles em que a PIA cresceu acima de 30%, o grupo de 40 a 49 anos é o de maior crescimento e chega a notáveis 129,87%, em Manoel Urbano. Também se percebe nesse grupo que a PIA jovem cresceu, apesar de bem menos, chegando ao máximo de 40%, em Jordão.

Apesar de todo o potencial humano que a dinâmica demográfica do Acre oferece, é importante notar que uma relevante e crescente parcela da população do Estado, apesar de possuir idade para trabalhar, não está nem ocupada e nem à procura de ocupação: era de 41,4%, no 1º trimestre de 2012; chega a 44,6%, no 1º trimestre de 2022; e 49,8%, no 3º trimestre de 2020.

Outro destaque é a relação entre pessoas empregadas no serviço público e pessoas empregadas, com carteira assinada, no serviço privado. No Acre, essa relação é de aproximadamente 1/1, desde o 1º trimestre de 2012, contra 1/3, no Brasil.

Natalidade e Mortalidade – A ampliação progressiva da População em Idade Ativa (PIA) do Acre decorre de fenômenos demográficos relacionados às dinâmicas de natalidade e mortalidade. A taxa de crescimento anual da população acreana, conforme o censo de 2022, foi de 1,03 % ao ano. Dados mais recentes apontam crescimento de 13,15%, entre 2010 e 2022, mais que o dobro dos 6,5% de crescimento brasileiro. Dentre os seus 22 municípios, somente Plácido de Castro teve redução na população (3,77%) no período. Bujari, por outro lado, foi o município que mais cresceu, saindo de 8.471 pessoas, em 2010, para 12.917, em 2022 (52,48%).

A taxa de natalidade do Acre era de 22,5 nascimentos a cada mil habitantes, em 2010. Nos 12 anos entre os censos de 2010 e 2022, essa taxa viu dois ciclos de altas seguidas de baixas. O primeiro compreende os cinco anos entre 2010 e 2014. Teve seu ápice, em 2011, com 23,84 nascimentos por mil habitantes. Depois teve queda leve para 21,92 nascimentos, em 2012. Em 2013, a taxa de natalidade acreana sofreu redução abrupta de 32,5%, em relação ao ano anterior, chegando ao patamar de 14,79%. Em 2014, temos o ponto mais baixo da série, apenas 14,47 nascimentos por mil habitantes.

O segundo ciclo (entre 2015 e 2022) começa com um salto de 46,78% sobre o ano anterior, retomando, em 2015, o patamar de mais de 21 nascimentos por mil habitantes. Nos sete anos seguintes, as quedas foram bastante suaves, com as duas maiores reduções registradas em 2016/2015 (9%) e 2020/2019 (8,9%), ambas por dois

anos de taxas estáveis. No último período, houve, dentro desta estabilidade, ligeiro aumento em 2021 e 2022, de 0,01 e 0,15 pontos, respectivamente.

Em 2022, o crescimento da taxa de natalidade aferido pela Secretaria de Saúde (SESACRE) e adotado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN-AC) difere do registro civil. Conforme dados da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), entre janeiro e dezembro de 2022, foram registrados 15.663 novos bebês no Estado. Foram mais de 1,1 mil nascimentos a menos em relação a 2021, por exemplo, quando nasceram 16.807. Em cinco anos, nasceram mais de 81,3 mil crianças no Acre. O registro de nascimentos em 2022 é o segundo menor no período avaliado, ficando atrás apenas de 2020, quando houve 15.127 nascimentos. Em 2022, o número de registros chegou a 2.535.867 em todo o País.

Fecundidade – A métrica da Taxa de Fecundidade Total (TFT) do Acre é calculada pela divisão do total dos nascimentos pelo total de mulheres em período fértil, ou seja, representa a média de filhos tidos pelas mulheres acreanas. Se a TFT é menor que 2,1, significa que está aquém do nível de reposição e a população deve diminuir no longo prazo, caso não haja imigração. Na década de 1960, a TFT brasileira era de 6,3 filhos por mulher. Em 2023, a média nacional caiu para 1,62. Com esse cenário, a população brasileira deve parar de crescer em 2047 – conforme projeção 2010-2060 do IBGE.

No Acre, embora a TFT tenha caído ao limite do nível de reposição, a população – segundo a projeção do IBGE – não vai parar de crescer antes de 2065. Em levantamento publicado em 2021, a TFT acreana ficou em 2,1, bem perto da projeção de 2018, em que o IBGE estimou a TFT acreana em 2,14.

A TFT do Estado começa em 3,94 filhos por mulher em 2000, e regride quase 40% (para 2,45) em 2010. Já em 2015, na última contagem fechada, oscila suavemente para 2,37. O Acre segue a tendência dos estados nortistas. Embora tivesse a maior TFT em 2000, logo, em 2010, o Amazonas o ultrapassa, assim como Roraima e o Amapá. O Amazonas, segundo a projeção, se firma com a maior TFT regional, em 2010, e assim segue até 2060, ano em que os estados mais aproximam suas TFT, sendo que a maior prevista deverá ser a de Roraima, com 1,95, e a menor deverá ser a do Acre, com 1,75.

As projeções apontam que a década de 2030 marcará a virada na taxa de fecundidade regional, quando todos os estados do Norte cairão abaixo da taxa de reposição populacional e a região, que sempre foi líder em fecundidade, passará a ser deficitária e poderá precisar de política de incentivo à imigração.

O nível atual da fecundidade no Acre (2,14) é superior à média da Região Norte (2,0), em 2020. Em 2021, apenas Roraima ultrapassou a TFT do Acre, enquanto Amazonas igualava. A diferença, em 2021, a favor do Acre era de 0,4 filho a mais do que a média nacional de 1,7 filho por mulher. A distribuição da taxa de fecundidade por faixa etária vem sendo alterada e, em 2060, estima-se que o grupo de mães de 25 a 29 anos substitua o de 20 a 24 anos como maior participante.

Nas Taxas Específicas de Fecundidade por idade (TEF), a variação é clara: mulheres de 30 a 34 anos terão, em 2060, prevalência similar à faixa de 25 a 29 anos, crescimento proporcional mais em função da redução da fecundidade das mulheres mais jovens do que do crescimento absoluto de mães. O que é coerente com as previsões de forte contração da TFT estadual. Para mulheres de 20 a 24 anos, a tendência é de declínio acentuado até 2030 e continuado até 2060, porém a taxas decrescentes.

Mortalidade – Segundo dados da SEPLAN-AC, a taxa de mortalidade geral (TMG) do Estado variou de 4,27, em 2010, para 6,11 óbitos por mil habitantes, em 2021 – pico da série. Em 2022, a TMG caiu quase 25%, atingindo 4,59 óbitos por mil habitantes. O

número de óbitos cresceu 18% entre 2019 e 2020, e 12,3% entre 2020 e 2021 no Acre. Analistas consideram que a alta entre 2020 e 2021 se deveu à pandemia e seus reflexos.

Segundo a mais recente publicação das Estatísticas do Registro Civil 2021 – lançada apenas em 2023 – o Acre foi o segundo Estado com menor percentual de óbitos de causas não naturais, com 3,8%, atrás apenas do Distrito Federal, com 3,2%. No outro extremo, Amapá teve o maior percentual, com 11,8% de mortes de causas não naturais.

Causas de Mortes entre 2012 e 2019 – Os dados publicados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), de 2019, apontam as doenças do aparelho circulatório (22,6%), doenças do aparelho respiratório (15,6%), causas externas de morbidade e mortalidade (15,3%), e neoplasias ou tumores (13,7%), como as quatro principais causas de mortalidade no Acre para ambos os sexos. Essas quatro categorias de causas de morte somam 67,2% dos óbitos. Também são as mesmas apontadas pelo SIM, em 2012. Cresceram as causas de morte por doenças do aparelho circulatório, causas externas e neoplasias ou tumores.

As doenças do aparelho circulatório (incluindo doenças cardíacas e cerebrovasculares) são a maior causa de mortes no Acre e no mundo. A OMS estimou em 15,2 milhões as mortes causadas por essas doenças em todo o Planeta em 2019. A Universidade Federal do Acre (UFAC) publicou o estudo "Óbitos por doenças do aparelho circulatório no Estado do Acre: uma análise de 2009 a 2019", de autoria de Gilberto Almeida Sales Filho, Joicyly Melo da Costa e Osvaldo de Sousa Leal Júnior, justamente pela importância do tema.

O estudo concluiu que, de 2009 a 2019, aproximadamente 8.492 pessoas morreram por doenças cardiovasculares no Estado. No País, esse grupo de doenças causou o óbito de 3.787.426 brasileiros, um importante impacto na vida da população e na saúde pública. O total de óbitos oscilou no período, mas sempre mais alto nos homens em comparação às mulheres. Em valores gerais, nos 10 anos o número de mortes do sexo masculino representou 57,4% do total e, do sexo feminino, 42,6%.

Embora em alguns anos as taxas tenham decrescido em comparação ao ano anterior, como observado entre 2009 e 2010, 2011 e 2012, em uma análise geral é possível observar crescimento constante das mortes por essas doenças desde o ano de 2013.

Quanto à idade, a equipe de pesquisa da UFAC descobriu que a maior incidência de mortes por doenças do aparelho circulatório (DAC), entre os anos de 2009 e 2019 no Estado, foi de pessoas na faixa etária de 60 a 80 anos ou mais, representando quase 70% de todos os óbitos, destacando dentro desse grupo as pessoas com 80 anos ou mais como as principais acometidas, com 2.758 mortes.

Em 2020, os últimos dados publicados pelo IBGE mostraram queda considerável no total de mortes desse subconjunto, que parece indicar um movimento de queda em relação a 2019. Foram 771 mortes DAC no Acre, sendo 305 em Rio Branco. Ambos os totais são bem menores do que os registrados em 2019 – respectivamente de 926 (16,74% a menos) e 391 (22% a menos).

Em relação às causas externas de mortalidade, que incluem conceitualmente, entre outros aspectos, também aqueles provocados por homicídios, os indicadores serão tratados no relatório referente à Segurança Pública.

A terceira causa de mortes com crescimento no Acre, entre 2012 e 2019, foram as neoplasias e tumores, com pico de casos em 2018 e queda em 2019 tanto no Estado, como em suas principais cidades – Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Em 2020, o Acre e Cruzeiro do Sul seguiram em queda, porém Rio Branco registrou aumento de 306 para 311 casos.

O Instituto Nacional do Câncer (Inca) estima que o Acre pode ter mais de 3 mil novos casos de câncer, entre 2023 e 2025. A projeção toma por base os dados de incidência (casos novos) a partir dos Registros de Câncer de Base Populacional (RCBP) e dos óbitos por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Estimou-se que serão 1.010 por ano no período. Em 2023, espera-se por 100 novos casos de câncer de mama feminina e outros 120 de câncer de próstata para o Estado – em linha com a realidade regional, na qual estes tipos também prevalecem. Os dados fazem parte da pesquisa "Estimativa 2023 – Incidência de Câncer no Brasil", a principal ferramenta de planejamento e gestão na área oncológica no País. Nacionalmente, calcula-se um cenário de 704 mil casos/ano no triênio 2023-2025.

A ocorrência de câncer tem relação direta com fatores ambientais, hábitos e a região de moradia, ou seja, aumentam os casos de mortes tratáveis conforme pioram as condições socioambientais. Outro fator interveniente nessa causa de morte é o processo de envelhecimento da população, que embora seja muito menor no Estado que na média nacional, também o afeta. A velhice favorece a maior incidência de doenças crônicas de modo geral. Em relação ao padrão etário da mortalidade no Acre, observa-se que tanto no Estado quanto em suas principais cidades, no ano de 2020 a mortalidade concentrou-se nas faixas acima de 60 anos de idade.

Mortalidade Infantil – No Acre, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) variou de 56,5, em 1990, para 16, em 2019, e subiu para 17,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2022. Em 30 anos, reduziu 3,3 vezes. Apesar da melhoria substancial e da posição melhor que a média regional, em todo esse período, o Estado nunca alcançou a média nacional. No início do período, estava acima da média regional e nacional, que era, respectivamente, de 45,9 e de 47,1 óbitos por mil nascidos vivos. Esse é o único momento da série em que a média regional foi inferior à média nacional. A partir daí a TMI média nacional é consistentemente inferior à TMI média regional e à TMI do Acre.

A mortalidade infantil no Acre teve forte redução histórica a partir dos anos 1990 e manteve-se abaixo da média regional por 10 anos, entre 1997 e 2007. A partir de 2008, a TMI média regional – em melhoria constante – alcança a TMI acreana e mantém-se praticamente em uma situação de empate até 2014. De 2014 em diante, a TMI acreana sofre saltos recorrentes que a colocam acima da média regional, o que infelizmente continua nos anos finais da série.

Em 2022, apesar da redução de 0,6 óbitos por mil nascidos vivos sobre 2021, a TMI acreana de 17,2 está 14% acima da média regional e 36,5% acima da média nacional, bastante diferente da situação relatada pela CEDEPLAR/UFGM, que estudou a série até 2019 e viu tendência de emparelhamento das taxas de mortalidade infantil "em todos os níveis regionais".

Entre os estados da Região Norte, a TMI do Acre estava exatamente no meio – a quarta maior ou menor taxa da região com 15,9 óbitos para cada mil nascidos vivos, em melhor situação que o Amazonas (16), Roraima (18,1) e Amapá (18,8). Com pequena piora do Acre (+0,1) e uma melhora bem mais substancial do Amazonas (-2,1), os estados mudam de posição em 2020. De 2020 a 2022, o Acre mantém a 3ª maior Taxa de Mortalidade Infantil da Região Norte, atrás apenas de Roraima e do Amapá.

Quanto às taxas de mortalidade neonatal precoce e tardia, a série publicada pela SESACRE com base no SINASC/Base Estadual mostra ligeira piora em 2020 em relação a 2019. No caso da taxa de mortalidade neonatal precoce, 2019 foi o melhor resultado da série 2010-2020, com 5,71 óbitos por mil nascidos vivos, bem próximo do resultado de 2016. A mortalidade neonatal precoce apresentava tendência de declínio no Estado desde o início da série, em 2010.

Já em relação à taxa de mortalidade neonatal tardia, o ano de 2019 com 2,45 óbitos por mil nascidos vivos foi o melhor desde 2012, quando foi de 1,32. De fato, o biênio 2011/2012 representa o melhor período a partir do qual a mortalidade neonatal tardia cresce até atingir 2,98 óbitos por mil nascidos vivos em 2015. De 2015 a 2019, a taxa desce, mas, em 2020, volta a subir para sua máxima no período de 3,01 óbitos.

Situação Doméstica da População – A análise da situação doméstica da população do Acre permite um aprofundamento em problemas de infraestrutura, sociais e econômicos. Inicialmente, é possível verificar que o número de residências aumentou em 13,4%, entre 2016 e 2019, chegando à marca de 261 mil no Estado. Enquanto o Brasil registra, desde 2016, a média de três pessoas por residência, o Acre apresentou uma relativa melhora em tal indicador, saindo de 3,6 para 3,5 pessoas por residência, em 2016 e 2017, e para 3,3, nos anos de 2018 e 2019.

De acordo com dados de 2019, a maior parte das residências abrigava três moradores, cerca de 23,6% de todas as residências no Estado, seguidas de residências com quatro moradores (21,1%) e três moradores (21%). Na mesma métrica, em 2016 a moda ainda era de três pessoas por residência (23,5%), mas onde houve uma mudança considerável foi no percentual de residências com um morador, que saltou para 3,2% no período, além da queda de 4,2% no total de residências com seis ou mais pessoas, passando de 13,6% para 9,4%.

Os dados nacionais apontam que as residências onde moram três pessoas são dominantes, com 26,7%, seguidas por residências com dois moradores (26,10%) e quatro moradores (19,7%). As moradias com seis ou mais residentes representam 4,6% das residências nacionais, também apresentando queda na comparação com os números de 2016, que mostraram o índice de 5,5%. Nesse quesito de residências com seis ou mais pessoas, o Acre tem quase o dobro, proporcionalmente, que a média nacional, mas tem apresentado um avanço maior que o desempenho nacional nessa faixa.

A situação residencial no Estado também pode ser aferida segundo a ocupação domiciliar. A PNAD-C apresenta esses dados, seccionando-os em imóveis quitados, em processo de pagamento, cedido ou alugado. Nos dados agregados do Acre, entre 2016 e 2019, houve a posse quitada do domicílio superior a 77%. Em 2016, 79,3% dos domicílios já tinham sido quitados por um dos moradores, 2% estavam em processo de pagamento, 11,3% em condição de aluguel e 7,3% eram cedidos do proprietário para os residentes. Os dados de 2019 apresentaram queda na proporção de domicílios quitados ou em processo de quitação, o que favoreceu um aumento superior a 3% na taxa de domicílios cedidos, chegando a 10,9%.

A formação do grupo familiar é outro importante dado demográfico, levando em consideração suas características gerais e a representação dos gêneros em sua estrutura. A unidade domiciliar é constituída, majoritariamente, do núcleo familiar de pais e filhos, compondo 64,2% dos domicílios acreanos.

Estudo publicado em maio de 2023 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Pará (Dieese-PA), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) de 2022, mostra que 52% dos lares acreanos são chefiados por mulheres e 48% por homens. No Norte, do total de 5,7 milhões de domicílios, 2,8 milhões têm uma mulher à frente, o que equivale a 48,27%. Quando se considera a distribuição percentual, o Acre alcança o topo do *ranking* nortista. Em valores absolutos, o Pará tem maior número de mulheres chefes de família na Região: 1.219.664 mulheres exercendo dupla função de mãe e pai no Estado.

A PNAD-C 2021 mostra que as casas lideradas por mulheres, com unidade doméstica unipessoal, têm representação 5% menor do que casas com liderança

masculina. Com esses percentuais, é possível inferir que mulheres, quando saem de seu núcleo familiar original, costumam ser responsáveis por mais pessoas dentro de unidade familiar que chefiam. As mulheres apresentam uma vantagem de 10% na métrica de família estendida, quando comparada às famílias lideradas por figuras masculinas.

Posse de Bens e Meios de Transporte – Também pode ser considerada relevante para a análise demográfica do Estado a posse de certos bens, como geladeira, máquina de lavar roupa, carro e motocicleta, considerados essenciais na vida moderna. Dessa lista, o IBGE indica que, no Acre, o bem mais comum é a geladeira, totalizando 240 mil unidades em utilização em todo o Estado. Esse volume resultaria na média de uma geladeira por residência, contudo, há residências com mais de uma, o que gera uma taxa de posse em torno de 91,8%, em 2019 – a maior taxa da série histórica.

Quanto às máquinas de lavar roupas, o registro é de 71 mil unidades no Estado, em 2019, aferindo taxa esperada de 29,3%. Porém, assim como as geladeiras, devem existir residências com mais de uma máquina, gerando um dado real de 27,3% quanto à posse deste produto.

Os meios de transporte também são considerados como bens de posse de relevante importância para a observação da composição demográfica. O IBGE incorpora os dados de posse de carro, moto e carro + moto, aferindo a condição econômica de possuir tais veículos. A frota do Acre contou, em 2019, com 79 mil carros e 89 mil motos, contabilizada por posse de 30,1% das residências com carro, 34,1% com motos e 10,5% de residências com motos e carros.

Déficit Habitacional – O déficit habitacional é um índice utilizado para retratar as famílias que residem em condições precárias, ou seja, em moradias inadequadas. Também enquadra quem não tem nenhum tipo de habitação em determinada região, seja bairro, cidade ou Estado. São consideradas moradias inadequadas aquelas que foram construídas com materiais improvisados ou de baixa durabilidade – habitações em risco. Nesse conjunto, estão incluídas aquelas que abrigam um número excessivo de pessoas.

O dado utilizado para o déficit habitacional no Acre é o calculado pela Fundação João Pinheiro (FJP), em seu estudo "O Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019", ou seja, de 23.285 moradias para 2019, representando 8,6% do total de domicílios no Estado. Este déficit sempre esteve abaixo da média da Região Norte e acima da média nacional. Na série da FJP, varia da máxima de 10,3% dos domicílios, em 2017, para 8,6%, em 2019, 0,6% acima da média nacional. É a queda de 2018 em relação a 2017 que aproxima as taxas estadual e nacional diminuindo a diferença entre elas da máxima de 1,9%, em 2016, para a mínima de 0,5%, em 2018.

Em relação à média regional, a mesma queda em 2018 contribuiu para distanciar as taxas estadual e regional. Mesmo tendo havido progresso no plano regional com reduções sucessivas em 2017 e 2018, com a piora de 2019, o déficit regional fechou a série em 12,9%, apenas 0,4% a menos que em 2016. Com isso, o déficit acreano aumentou sua distância da média regional de 3,3%, em 2016, para 4,3%, em 2019. Apesar da curta série histórica, o que pode ser dito é que o déficit habitacional do Acre, com suas sucessivas quedas, tende a se aproximar da média nacional, a qual se mantém praticamente estável, enquanto se distancia da média regional que cresce.

Na composição desse déficit em 2019, a "Coabitação" responde por 9 mil (38,65%), a "Habitação precária" por 7.612 (32,69%), e o "Ônus excessivo" com aluguel por 6.673 (23,66%) das unidades habitacionais que faltam.

Esses são os últimos cálculos oficiais sobre déficit habitacional. De 2019 a 2023, não há senão estimativas calculadas sobre os dados da Fundação João Pinheiro. Em

2020, a Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDUR) estimou o déficit habitacional por município, usando por base de cálculo os dados da FJP. A projeção municipal mostra crescimento do déficit habitacional em todos os municípios acreanos, incluindo Rio Branco, cuja demanda chegou a mais de 14 mil moradias — um crescimento absoluto na demanda de 4.622 unidades sobre 2015, ou seja, 36,8%. Para Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade e segundo maior déficit habitacional estadual em termos absolutos, estimaram a demanda, de 2020, em 3.019 unidades habitacionais, um incremento de 996 unidades sobre a demanda de 2015, ou seja, mais de 36%.

Combate ao Déficit Habitacional – O Planejamento Estratégico do Governo do Acre para a atual gestão foi lançado em maio de 2023. Derivado da Agenda Acre 10 anos, criada pela Fundação Dom Cabral, prevê um programa específico de combate ao déficit habitacional. Nele, o cálculo atual é de 23.500 unidades, sendo 11 mil, em Rio Branco, e 2,4 mil, em Cruzeiro do Sul. A meta para 2024 é reduzi-lo em 1.000 unidades.

O programa "A casa é sua" prevê elaborar projetos para construção das unidades habitacionais, com infraestrutura de saneamento básico, pavimentação, rede elétrica, documentação de regularização do imóvel, bem como identificar e selecionar as famílias beneficiadas. É previsto ainda fornecer *kits* de materiais de construção para famílias que já possuem lotes regularizados, sendo os critérios definidos por meio de legislação a ser aprovada. O foco do projeto é atender famílias com baixa renda — um programa de interesse social. O objetivo é entregar 7 mil unidades habitacionais (UHs) e doar *kits* de materiais de construção até 2026.

Em dezembro de 2023, foi anunciada a assinatura das autorizações de licitações para a construção de 1.542 unidades habitacionais e a publicação do edital de chamamento do Programa Minha Casa Minha Vida. As unidades serão destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas no Sistema de Habitação (SisHab). Quando efetivamente construídas, irão superar em mais de 50% a meta de redução do déficit habitacional em 2024.

Geração de Emprego e Renda – O déficit habitacional é também uma grande oportunidade de emprego e renda. Sondagem do Fórum Empresarial do Acre com empreendedores da construção civil, publicada em seu 6º Boletim Econômico, estimou o potencial de mercado para construções e reformas em cerca de R\$ 100 milhões anuais. No estudo – realizado em parceria pelo Fórum Empresarial de Inovação e Desenvolvimento do Acre com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (Fundape) – o cálculo do déficit habitacional estadual foi estimado em 25 mil residências. É uma estimativa bem próxima da exposta pela SEPLAN se considerarem como realizadas as 1.542 obras para as quais o governo estadual abriu licitação em dezembro de 2023.

A expectativa segundo a SEPLAN, é que esse déficit habitacional seja reduzido em mil unidades por ano em 2024 e 2025, e que em 2026 consigam entregar 1.500 novas residências, recuando o déficit de 23.500 para 20 mil unidades habitacionais.

A edificação de novas unidades habitacionais, entretanto, é apenas uma das estratégias de combate ao déficit habitacional e precisa ser combinada com alternativas dentro da legislação vigente e do próprio programa Minha Casa Minha Vida. As dinâmicas demográfica e urbana atuais indicam que é necessário racionalizar as políticas de habitação conforme as mudanças nos padrões familiares e de envelhecimento da população e os estoques de domicílios desocupados.

No Acre, dos 319 mil domicílios existentes, 58 mil estão desocupados (18%) – dados do censo de 2022 do IBGE. Dos 58 mil domicílios desocupados, 37,5 mil são

totalmente vagos e 20,3 mil são ocasionalmente usados. A estimativa mais alta do déficit habitacional estadual foi a encontrada pelo Fórum Empresarial de Inovação e Desenvolvimento do Acre de 25 mil moradias. Apenas os 37,5 mil domicílios totalmente vagos, 11,75% do estoque total, representam 150% do déficit habitacional, ou seja, além da demanda ainda sobriam 12,5 mil unidades.